



Assistência Humanizada à População Trans Na Rede Pública De Saúde¹

Hierlen MATOS²
Bruna ALMEIDA³
Faculdade Laboro, MA

RESUMO

Esse resumo expandido trata da necessidade da assistência humanizada à população trans na rede pública de saúde pautado no entendimento de que é preciso o acolhimento deste segmento pela equipe multiprofissional que no seu cotidiano encontra barreiras no atendimento dificultando assim o acesso aos serviços de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Transgênero; Assistência à Saúde; Humanização.

Na atualidade, o universo Trans tem estado em evidência para formulações de políticas públicas em saúde a favor dessa população visto que, reconhecido pelo Ministério da Saúde como determinante e condicionante em saúde devido aos aspectos de vulnerabilidade que cercam essa população (DUARTE et al., 2020). Define-se como transgênero (trans) o indivíduo que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer. É um termo guarda-chuva que abrange várias identidades; homens e mulheres transexuais, pessoas não binárias, travestis e outras (JESUS, 2012).

O mundo está evoluindo e novas possibilidades de vivências na sexualidade estão sendo visibilizadas. É necessário que, enquanto profissionais da saúde evoluamos também, reciclemos conhecimentos e nos atualizemos constantemente para que possamos estar habilitados no acolhimento e que o cuidado seja centrado na assistência especializada para este público que já é tão marcado por estigmas e medos (ALBINO, 2017).

Esse universo populacional de forma organizada alcançou visibilidade mundial no combate ao preconceito, desinformação social, violência dirigida à comunidade LGBTQIA+ (L =Lésbicas , G = Gays, B= Bissexuais, T = Pessoas trans ou Transgênero

¹ Trabalho apresentado para a disciplina de Produção e Inovação Científica da Faculdade Laboro realizada no dia 14 de junho de 2022

² Aluno do pós graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial/, e-mail: hierlenmariamatos@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora da Faculdade Laboro. Mestra em Comunicação./, e-mail:professorabruna.almeida@gmail.com

(homem ou mulher), Travesti (identidade feminina) ou pessoa não binária , Q =Queer, I = Intersexo, A = Assexual e o símbolo de “mais” no final da sigla aparece para incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo) encontram dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Há evidências de que episódios de discriminação e estigmatização afetam a qualidade da atenção, seja na dificuldade de acesso, piora da acurácia diagnóstica, da adesão terapêutica, do acolhimento ou da satisfação dos pacientes (SILVA; ROSA; GAGLIOTTI, 2021).

Para suprir a falta de assistência que essa população estava submetida foi pensada a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, sancionadas pela portaria nº 2.836 de 1º de dezembro de 2011, por meio de seu plano operativo, com enfrentamento à discriminação e preconceito nos serviços de saúde, com ações e estratégias para qualificação adequada de gestores e profissionais do SUS - Sistema Único de Saúde (SILVA; ROSA; GAGLIOTTI, 2021).

A formação profissional e educação permanente precisam fazer parte da discussão sobre a atenção integral à saúde, que por sua vez deve favorecer o contato com as diversas realidades existentes e a criação de espaços de diálogo entre os profissionais de saúde e a população atendida proporcionando o atendimento holístico e multiprofissional (DUARTE et al., 2020).

Nesta perspectiva, Raimondi *et al.* (2021) afirma que o acolhimento à população LGBTQIA+, o respeito às diversidades sexuais, atendimento ético com conhecimento dos repertórios sexuais, possibilidades comportamentais e necessidades em saúde são atitudes colaborativas para mudanças comportamentais e atendimento eficaz às necessidades em saúde dessas pessoas que só poderão ser alcançadas se a educação profissional for abrangente à temática LGBTQIA+ nos cursos de graduação, residência e pós-graduação, além da busca ativa por atualização continuada.

Portanto, entende-se que a assistência da equipe multiprofissional às pessoas trans no serviços de saúde deve ser pautada no atendimento humanizado e desprovido de preconceitos dentro de uma visão holística onde o ser humano tem a garantia de acesso às políticas públicas de forma universal e igualitária.

REFERÊNCIAS



ALBINO, M. S. **Equipe de enfermagem e o cuidado à saúde da pessoa transgênero: encontros e desencontros.** 2017. Monografia (Graduação em Enfermagem) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

DUARTE, D. D. et al. A perspectiva do enfermeiro no cuidado diante da pessoa trans. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 1-22. 2020.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Distrito Federal: Autor, 2012. *E-book*. Disponível em: <http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>

RAIMONDI, G. A. et al. Ensino da saúde de diversidades sexuais. In: CIASCA, S. V.; HERCOWITZ, A.; LOPES JUNIOR; A. **SAÚDE LGBTQIA+:** práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba: Manole, 2021. p. 513-519.

SILVA, A. T. C. da; ROSA, C. A. P.; GAGLIOTTI, D. A. M. LGBTQIA+fobia institucional na área da saúde. In: CIASCA, S. V.; HERCOWITZ, A.; LOPES JUNIOR; A. **SAÚDE LGBTQIA+:** práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba: Manole, 2021. p. 100-106.